



JUSTIÇA FEDERAL

PROSEL 2023 - SJPA - PROVA DE DIREITO

Data: 25/06/2023 - 13h às 13h:59min.

* Obrigatória

* Este formulário registrará seu nome. Preencha-o.

1. NOME *

2. CPF *

3. DATA DE NASCIMENTO

*



4. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) determina que a Assistência Social seja prestada de forma descentralizada e participativa. O que isso significa? * (1 Ponto)

- Que as ações de Assistência Social devem ser realizadas apenas pelos municípios.
- Que as decisões sobre as políticas de Assistência Social devem ser tomadas de forma centralizada.
- Que a sociedade civil deve participar do processo de formulação e implementação das políticas de Assistência Social.
- Que as políticas de Assistência Social devem ser aplicadas apenas em regiões mais carentes.

5. De acordo com a Constituição Federal, são abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) os * (1 Ponto)

- servidores titulares de cargos efetivos.
- ocupantes de cargos em comissão que não exerçam cargo efetivo.
- contratados temporariamente.
- empregados públicos celetistas.

6. No Brasil: * (1 Ponto)

- Só os homens possuem direitos previdenciários;
- A aposentadoria foi abolida pela EC 103/2019, de modo que atualmente ninguém se aposenta;
- A constituição prevê que crianças contribuam obrigatoriamente à previdência social;
- Nenhuma das anteriores.

7. O conceito legal de crime é o fornecido pelo legislador. Segundo esse critério legal, a diferença entre crime e contravenção penal está estabelecida: * (1 Ponto)

- Pela Lei de Introdução ao Código Penal.
- Na exposição de motivos do Código de Processo Penal.
- Pela Lei de Contravenções Penais.
- Pelo Código Penal.

8. O instituto do Erro de Tipo, segundo o que dispõe o Dec-Lei nº 2.848, de 07/12/1940 (Código Penal), assinale a opção correta. * (1 Ponto)

- Sendo invencível o erro de tipo, exclui-se a culpabilidade.
- Se o erro de tipo for evitável, isenta-se a pena do agente.
- O erro de tipo inevitável exclui o dolo e a culpa.
- O erro sobre a ilicitude do fato, se vencível, inescusável, isenta de pena.

9. Acerca dos institutos da desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior, assinale a alternativa correta. * (1 Ponto)

- O arrependimento posterior implica causa de diminuição da pena do agente, e apenas é aplicável aos crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- O arrependimento eficaz, com a reparação do dano ou restituição da coisa por ato voluntário do agente, ocorrido até o recebimento da denúncia, enseja a redução da pena de um a dois terços.
- Se o agente desiste espontaneamente de prosseguir nos atos de execução, tem-se a desistência voluntária, e só responde pelos atos já praticados com pena reduzida de 1/3 a 2/3.
- A desistência voluntária e arrependimento eficaz são formas de tentativas abandonadas pelo agente, logo é modalidade do instituto da tentativa ou conatus prevista no art. 14, II, do Código Penal.

10. Segundo a Emenda Constitucional 103/2019, que promoveu importantes alterações no sistema previdenciário brasileiro, assinale a opção correta: * (1 Ponto)

- No que toca ao cálculo dos benefícios previdenciários, embora a EC 103/2019 possa ser aplicada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, não é possível sua aplicação ao regime próprio de previdência da União.
- Até que Lei discipline o valor do auxílio-reclusão, em situações excepcionais, seu valor poderá exceder a 02 (dois) salários mínimos.
- Até que entre em vigor Lei que discipline os benefícios do regime próprio de previdência social dos servidores da União, o servidor público federal será voluntariamente aposentado, entre outros requisitos, com 60 (sessenta) anos, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos, se homem.
- No cálculo dos benefícios do regime próprio de previdência social da União e do Regime Geral de Previdência Social, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994.

11. Analise as seguintes assertivas:

I - A EC 103/2019 possui várias disposições próprias a par das alterações promovidas diretamente no texto constitucional.

II - De acordo com a EC 103/2019, o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

III - A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

Assinale a alternativa correta: * (1 Ponto)

- Apenas a assertiva II está correta.
- Todas as assertivas estão corretas.
- Estão corretas II e III
- Estão corretas I e III.

12. De acordo com a EC 103/2019 assinale a alternativa INCORRETA: * (1 Ponto)

- Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao âmbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.
- Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.
- Aplicam-se às pensões concedidas aos dependentes de servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.
- É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, tendo a EC 103/2019 extirpado do ordenamento jurídico a ressalva anteriormente existente quanto as pensões deixadas por um mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

13. De acordo com a atual Carta Magna de 1988, o Poder Judiciário dispõe de órgãos com competências próprias para o exercício de suas atribuições. À vista disso, é/são órgão(s) do Poder Judiciário: * (1 Ponto)

- O Tribunal Marítimo
- O Tribunal Desportivo
- O Tribunal de Contas da União
- Os Tribunais e Juízes Militares

14. Direito Constitucional > Tributação e Orçamento - Título VI da CF - artigos 145 a 169 > ... > Impostos dos municípios (artigo 156 da CF)

De acordo com a Constituição Federal, para o custeio do serviço de iluminação pública os Municípios podem instituir: * (1 Ponto)

- taxa em razão da prestação de serviço público.
- imposto.
- contribuição.
- taxa pelo exercício do poder de polícia.

15. Direito Constitucional > Limitações do poder de tributar ou limitações do poder de tributar (artigos 150 a 152 da CF) > ... > Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar

À luz da Constituição Federal de 1988, sobre as limitações do poder de tributar, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

II) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

III) instituir impostos sobre templos de qualquer culto.

IV) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos.

Assinale a alternativa correta. * (1 Ponto)

- todas estão corretas
- Somente I, II e IV estão corretas.
- Somente I e II estão corretas.
- Somente III e IV estão corretas.

16. *O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício*". Assinale a alternativa abaixo sobre qual princípio a que se refere o enunciado: * (1 Ponto)

- inafastabilidade da jurisdição.
- princípio da isonomia.
- princípio da não surpresa.
- princípio do contraditório.

17. Joana ajuizou ação previdenciária na justiça federal objetivando tutela antecipada para apreciação pelo INSS de seu pedido administrativo de aposentadoria. Contudo, não juntou com a petição inicial a cópia do requerimento administrativo, além de permanecer inerte quanto a determinação do juízo para que emendasse a inicial mediante juntada do aludido documento. Nesse contexto, assinale a alternativa correta: * (1 Ponto)

- o juiz, mesmo assim, mandará citar o INSS e julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução do mérito em favor do INSS.
- o processo será extinto sem resolução do mérito e Joana poderá rejuizar a ação, a qual será distribuída por prevenção ao juízo que primeiro conheceu da ação (juízo natural).
- o processo será extinto e Joana não poderá ajuizar outro processo com o mesmo pedido e causa de pedir.
- o processo será extinto sem resolução do mérito e poderá ser distribuído livremente para outra Vara Federal para que outro juiz aprecie a causa.

18. Assinale a alternativa correta. Não se incluem na competência do Juizado Especial Federal Cível, de acordo com a Lei n. 10.259/2001, dentre outras, as causas: * (1 Ponto)

- de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.
- para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.
- todas as alternativas acima estão corretas.

19. De acordo com a Lei 8.212/1991, as propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas por Comissão integrada por: * (1 Ponto)

- três representantes da área da assistência social;
- três representantes, sendo um da área da saúde, um da área da previdência social e um da área de assistência social;
- sete representantes, sendo dois da área da saúde, dois da área da previdência social e três da área de assistência social;
- sete representantes, sendo dois da área da saúde, três da área da previdência social e dois da área de assistência social;

20. Nas hipóteses de omissão da legislação de regência do Regime Próprio de Previdência Social, aplicar-se-ão, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o: * (1 Ponto)

- Regime Próprio de Previdência dos servidores federais;
- Regime Próprio de Previdência dos servidores estaduais;
- Regime Geral de Previdência Social;
- Regime Próprio de Previdência Complementar;

21. Acerca da carência dos benefícios previdenciários, é correto afirmar que: *
(1 Ponto)

- Os benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença dependem de período de carência de 12 (doze) meses quando originários de causa acidentária de qualquer natureza.
- No caso de perda da qualidade de segurado, para efeito de carência para concessão de auxílio-doença, o segurado deverá contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com um terço do período de 12 (doze) contribuições mensais.
- o período de carência legal será reduzido pela metade do número de contribuições necessárias, independentemente de quantos meses o parto foi antecipado.
- O período de carência visa resguardar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário.

22. A possibilidade de chamar para si, atribuições originalmente conferidas a subordinados sempre que houver relevante razão, está contida no poder *
(1 Ponto)

- disciplinar
- regulamentar
- hierárquico
- discricionário

23. Sobre os bens públicos é correto afirmar que os bens * (1 Ponto)

- de domínio público são os que se destinam especialmente à execução dos serviços públicos e não podem ser alienados.
- dominiais ou dominicais, por integrarem o patrimônio público, não podem ser alienados pela Administração Pública.
- dominiais ou dominicais, são bens pertencentes ao patrimônio disponível da Administração Pública e podem ser alienados.
- de uso especial são restritos aos destinados às instalações do Poder Judiciário.

24. Sobre o controle dos atos da Administração Pública é INCORRETO afirmar: *
(1 Ponto)

- ato administrado inválido pode ser recusado pelo cidadão independentemente de declaração administrativa ou judicial prévia.
- ato administrativo discricionário pode ser anulado pela análise do seu mérito.
- o controle existente entre a Administração Direta e a Indireta é não hierárquico.
- não cabe ao Poder Judiciário se imiscuir nos critérios de correção de provas e de atribuição de notas em concurso público, visto que sua atuação deve se limitar ao controle da legalidade do certame.

25. Os segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social estão agrupados nas seguintes categorias: * (1 Ponto)

- empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador autônomo e segurado especial.
- trabalhador autônomo, empresário, empregado, empregado doméstico e segurado especial.
- empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial.
- empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador autônomo, trabalhador avulso e diretor não empregado.

26. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, exceto: * (1 Ponto)

- o cônjuge.
- os pais.
- o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- a pessoa designada, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 60 (sessenta) anos ou inválida.

27. Determinada pessoa física prestou serviços de natureza urbana ou rural, em caráter eventual e sem a intermediação de sindicatos, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

Nessa situação, a referida pessoa física deverá contribuir para a previdência na qualidade de: * (1 Ponto)

- segurado facultativo.
- trabalhador avulso.
- contribuinte individual.
- segurado empregado.

28. Qual o prazo legal para apresentar resposta à acusação, após o recebimento da denúncia em processo penal: * (1 Ponto)

- 15 dias úteis, até a juntada da citação do oficial de justiça.
- 10 dias corridos, após a citação do réu.
- 5 dias corridos, após a citação do réu.
- 10 dias úteis, após da citação do réu.

29. Um processo de homicídio doloso, que tramita na Vara do Tribunal do Júri da comarca do Rio de Janeiro/ RJ, o juiz proferiu decisão de impronúncia, por entender que não havia prova suficiente no tocante à autoria. O Ministério Público não se opõe à decisão, mantendo-se inerte. Você, como advogado(a), é contratado(a) pela irmã da vítima, que se habilita como assistente à acusação. Diante do exposto, marque a alternativa correta. * (1 Ponto)

- Como titular da ação penal é o Ministério Público, e este que acatou a decisão do magistrado, não é possível a interposição de qualquer recurso por parte do assistente à acusação.
- Poderá o assistente à acusação, diante da inércia do MP e interpor Recurso em Sentido Estrito contra a decisão de impronúncia, independentemente de habilitação.
- Poderá o assistente à acusação, independente de habilitação prévia, interpor o recurso de apelação contra a decisão de impronúncia.
- Poderá o assistente acusação, desde que previamente habilitado, interpor recurso em sentido estrito, com outra decisão de impronúncia.

30. Antônio ofereceu queixa-crime contra Carlos pela prática do crime de calúnia perante o Juizado Especial Criminal da Comarca de Belém/PA, tendo em vista que Carlos estava propagando falsamente que Antônio havia sido autor de um assalto cometido no Bairro. O magistrado, porém, rejeitou a peça acusatória sob o fundamento de que faltaria justa causa para o exercício da ação penal. Intimado da decisão, o advogado de Antônio buscando se insurgir contra a decisão de rejeição da queixa-crime, deverá interpor: * (1 Ponto)

- recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
- apelação, no prazo de 5 dias.
- recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
- apelação, no prazo de 10 dias.

31. Quais das opções abaixo traz o enunciado verdadeiro? * (1 Ponto)

- Segundo o Código Civil, a personalidade civil da pessoa começa antes do nascimento com vida; tanto que a lei põe a salvo os direitos do nascituro desde a concepção.
- Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, tanto a emancipação voluntária como aquela operada por força de lei excluem a responsabilidade civil dos pais pelos atos praticados por seus filhos menores.
- Em nome da liberdade de expressão, o Supremo Tribunal Federal entende que autorização prévia para biografia constitui censura prévia particular e o recolhimento de obras é censura judicial, razão pela qual é inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes).
- Segundo o Supremo Tribunal Federal, é compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

32. Quais das opções abaixo traz o enunciado falso? * (1 Ponto)

- Segundo o Código Civil, o domicílio da União é o Distrito Federal e as capitais dos estados-membros.
- Segundo o Código Civil, são bens públicos, os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- Segundo o Código Civil, independentemente de a condição ser suspensiva ou resolutiva, é permitido ao titular do direito eventual praticar os atos destinados a conservá-lo.
- Segundo o Código Civil, o termo inicial suspende o exercício do direito, mas não sua aquisição.

33. Quais das opções abaixo traz o enunciado verdadeiro? * (1 Ponto)

- A coação é toda pressão física ou moral exercida contra alguém, de modo a forçá-lo à prática de um determinado negócio. Quando da análise da coação, deve-se levar em conta o temor que qualquer pessoa sentiria.
- Segundo o Código Civil, em nome da liberdade, a renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e vale antes ou depois que ela se consumir.
- Segundo o Código Civil, a interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dá-se por despacho do juiz, desde que competente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- Segundo a doutrina, enquanto no erro há uma (espontânea) falsa impressão das circunstâncias do negócio, no dolo tem-se um vício através do qual o agente é induzido a se equivocar em razão de manobras astuciosas, ardilosas, e maliciosas perpetradas por outrem.

Este conteúdo não é criado nem endossado pela Microsoft. Os dados que você enviar serão enviados ao proprietário do formulário.